



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC I
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

AMANDA MEDEIROS RAMOS

A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**CAMPINA GRANDE
2012**

AMANDA MEDEIROS RAMOS

A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho Acadêmico Orientado (TAO) apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Maria de Lourdes Cirne Diniz.

CAMPINA GRANDE
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB.

R175m Ramos, Amanda Medeiros.
A musicalização na educação infantil
[manuscrito] / Amanda Medeiros Ramos, 2012.
24 f.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba,
Centro de Educação, 2012.
“Orientação: Profa. Ma. Maria de Lourdes
Cirne Diniz, Departamento de Pedagogia”.

1. Educação Infantil 2. Música 3. Didática
Pedagógica I. Título.

21. ed. CDD 372.87

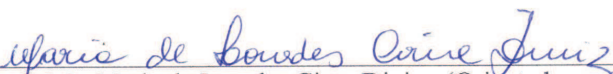
AMANDA MEDEIROS RAMOS

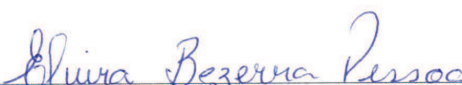
A MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho Acadêmico Orientado (TAO)
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovado em 27 / 11 / 2012.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Ms. Maria de Lourdes Cirne Diniz - (Orientadora - UEPB)


Prof.^a. Dr.^a Elvira Bezerra Pessoa – UEPB


Prof.^a. Esp. Christinne Ferreira Silva – UEPB

CAMPINA GRANDE – PB
2012

RESUMO

Este artigo teve como finalidade refletir sobre a necessidade da música na vida da criança, sendo utilizado como recurso pedagógico. Tendo como objetivo identificar a influência da música na formação da criança na Educação Infantil, bem como, relacionar a música à brincadeira; explorar e identificar os diversos sons existentes nos instrumentos e objetos; estimular a descoberta do corpo e dos movimentos a ser realizados mediante o direcionamento da música. Assim, realizamos um breve histórico da educação infantil, nos aspectos legais, seus objetivos e funções, a relação entre o professor, a criança e a música, os instrumentos musicais com fonte sonora. A metodologia partiu de uma pesquisa bibliográfica, baseada na visão de alguns autores, tais como: Maia e Alencar (2006); Robaina (2008); Oliveira (2001); RCNEI (BRASIL, 1998); Brito (2003); Queiroz (2005) no desejo de embasar as descobertas e reflexões estabelecidas ao longo da produção deste trabalho, visando contribuir para a prática pedagógica e para o fortalecimento da existência e da necessidade do lúdico na Educação Infantil. Considerando que todas as experiências vividas pela criança refletem no seu processo de aprendizagem associados à qualidade do ensino oferecido pela escola.

Palavras-chave: Música; Educação Infantil; Aprendizagem.

ABSTRACT

This article aimed to reflect on the necessity of music in a child's life, being used as a teaching resource. Aiming to identify the influence of music in the education of children in kindergarten, as well as relate the music to play; explore and identify different sounds in existing instruments and objects to stimulate the discovery of the body and movements to be performed by directing the music. Thus, we conducted a brief history of early childhood education, legal issues, your goals and functions, the relationship between the teacher, the child and the music, musical instruments with sound source. The methodology was based on a literature search, based on the view of some authors, such as Maia and Alencar (2006); Robaina (2008), Oliveira (2001); RCNEI (BRASIL, 1998), Brito (2003); Queiroz (2005) the desire to contribute to support the findings and reflections set during production of this work, to contribute to the teaching practice and the strengthening of the existence and necessity of play in early childhood education. Whereas all the experiences the child reflect on their learning process associated with the quality of education offered by the school.

Keywords: Music, Early Childhood Education; Learning.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, muito se tem discutido sobre a influência da música na formação da criança, que aprendem desde cedo a diferenciar sons, ritmos, movimentos associados aos sons, os tons graves e agudos, lentos e acelerados, ajudando no desenvolvimento mental, social, motor e psicológico, tudo isso associado à brincadeira.

Nos espaços escolares, é muito comum usar as músicas infantis: cantigas de roda, acalanto, palminhas de guiné, a casinha da vovó, ciranda, cirandinha, samba lelê e outros, para dinamizar as aulas, associando principalmente as expressões faciais e corporais. Com o tempo, as músicas continuam presentes nos anos escolares, nas apresentações festivas ou em projetos desenvolvidos.

No entanto, a música tem um propósito bem maior do que apenas alegrar a alma, as festas escolares ou estimular os movimentos do corpo para gastar as energias. Na verdade, a música tem o seu caráter educativo, capaz de fazer a criança compreender as variações e ritmos culturais diversos que revelam a história e a mistura das raças e culturas do nosso país.

Com isso, este trabalho surge da necessidade de estimular os educadores a explorar o uso da música, como instrumento didático pedagógico, para o desenvolvimento de habilidades e potencialidades existentes na vida do aluno, como também a construção de saberes a ser socializados durante a Educação Infantil.

Assim, temos como objetivo principal identificar a influência da música na formação da criança na Educação Infantil, bem como, relacionar a música à brincadeira; explorar e identificar os diversos sons existentes nos instrumentos e objetos; estimular a descoberta do corpo e dos movimentos a ser realizados mediante o direcionamento da música.

A metodologia parte de uma pesquisa bibliográfica, baseada na visão de alguns autores, tais como: Maia e Alencar (2006); Robaina (2008); Oliveira (2001); RCNEI (BRASIL, 1998); Brito (2003); Queiroz (2005), no desejo de embasar as descobertas e reflexões estabelecidas ao longo da produção deste trabalho, visando contribuir para a prática pedagógica e para o fortalecimento da existência e da necessidade do lúdico na Educação Infantil.

2 CONVERSANDO COM OS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: um resgate histórico

No início dos tempos, a educação da criança era de responsabilidade da família, principalmente por parte das mães; as meninas eram educadas a ser boas donas de casa, esposas submissas, prenyadas e cuidadoras de seus filhos. Os meninos eram educados a seguir o ofício dos pais, para manter a posição social da família e terem uma boa linhagem para a sua sucessão. Para tanto, os meninos tinham a oportunidade de ter professores que os instruísem nas diversas áreas do conhecimento; as famílias mais ricas encaminhavam seus filhos para colégios internos para se formarem em medicina, na advocacia ou na área da política.

No momento em que a mulher decidiu entrar no mercado de trabalho, seja por opção ou por necessidade para ajudar no orçamento familiar, passaram a confiar a educação de seus filhos a mulheres que não trabalhavam, com parentes ou vizinhos. A partir daí, a família passou a ter um novo conceito sobre educar os filhos, pois, apesar dos esforços, a mulher, além de trabalhar fora, tinha a responsabilidade de cuidar da casa e da educação dos seus filhos. Sem uma orientação segura, as crianças passaram a apresentar muitos problemas de comportamento e muitos valores morais, sociais e éticos foram se perdendo com o tempo.

A questão é: de quem é a responsabilidade pela educação das crianças, quando suas mães estão ausentes e precisam trabalhar? Os parentes podem até tentar educar como acreditam; os vizinhos e as empregadas podem até zelar pelo bem-estar da criança, mas, a educação familiar, com relação a comportamento, responsabilidade, respeito, dedicação nos estudos e outros pontos importantes foram desprezados ou repassados para a escola, uma vez que a qualquer momento da infância a criança chegará a escola, algumas muito pequenas por conta da necessidade dos pais de trabalharem, outras apenas a partir dos sete anos de idade por causa da obrigatoriedade da Lei. De qualquer forma, a criança chega à escola como a maior representante dos costumes e valores que sua família tem.

No entanto, “uma escola nunca substituirá o lar, muito menos a professora poderá assumir o papel da mãe e do pai. Por isso mesmo e por tudo mais, esse novo universo que recebe uma criança tão pequena tem de transpirar qualidade, respeito e atenção” (MAIA; ALENCAR, 2008, p. 6).

Maia e Alencar (2008, p. 5) também destacam que é comum o tema educação ser de grande prioridade para a humanidade; nos tempos antigos, esse era o foco principal da família; nos dias de hoje, a educação familiar é uma necessidade social, pois se entende que a criança com educação familiar é orientada para as problemáticas da vida, mas, se a família

deixa a cargo da sociedade educar, os valores se perdem e a formação desta criança ficará comprometida. Portanto, toda criança nasce de uma família, e, precisa receber de seus pais a orientação social, moral e ética, para conseguir se adaptar às regras da sociedade e da escola.

No Brasil, as creches surgiram, com um caráter assistencialista, e, ainda muito se tem debatido sobre essa questão, pois, no entendimento de muitos educadores, a criança de creche e de pré-escola precisa extremamente do brincar, mas, o brincar precisa estar fortalecido de conceitos, para a formação da vida dessa criança, explorando o movimento, a oralidade, a compreensão do mundo que a cerca e a importância tanto da escrita como da leitura, para a continuidade de sua aprendizagem nos anos seguintes da escolarização.

[...] quando um professor entra na sala de aula, ele deve saber que o aluno já carrega com ele uma bagagem de conhecimento, mesmo que muito pequena e, sendo assim, o docente deve manipular suas aulas de maneira que o conteúdo seja colocado de forma que não contraste com o que o aluno já sabe (ROBAINA; COIMBRA; WICKERT, 2008, p. 21).

Essa visão da educação infantil vem se contrapondo aos valores capitalistas, que, desde cedo coloca o ser humano, como produtor de uma economia para os bens de consumo, reproduzidor de uma sociedade desigual, em que a classe trabalhista luta pela sobrevivência e contribui para o crescimento econômico da burguesia.

Para a classe alta interessa que o filho do trabalhador aprenda a ser submisso, a se conformar com o pouco e que busque o conhecimento para aquisição de uma capacitação para o trabalho, mantendo, assim, a diferença entre as classes sociais. É por isso que pouco se tem investido de fato na educação, embora que o governo declare as altas verbas destinadas ao ensino e a qualificação do ensino público; na prática essa qualidade está longe de acontecer, isso porque muitos educadores não são conscientes de seus papéis de formadores da sociedade, e, continuam com o conceito de que filho de pobre tem que continuar pobre.

Ainda no século XX, as instituições como creches e jardins de infância tinham o intuito de atender às crianças abandonadas com caráter jurídico policial, médico-higienista e religiosa, no combate à mortalidade infantil dentro de casa e nas instituições que abrigavam as crianças.

Urge enfatizarmos que a década de 80 foi marcada por grandes mobilizações, em torno da criança e do adolescente, com participação significativa de setores da sociedade civil, bem como os órgãos públicos e o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

As discussões sobre as necessidades infantis foram crescendo e se fortalecendo ao longo dos anos, sendo criadas leis para a garantia da proteção das crianças e adolescentes

contra a violência doméstica, a preservação dos direitos infantis e a garantia de uma educação de qualidade. Tais ideais partiram das lutas sociais pelos direitos humanos, como forma de defender os menos favorecidos e tornar a sociedade um ambiente mais justo e igualitário. Essa retórica ainda é defendida dentro da sociedade e nos meios de comunicação, mas, a corrupção no meio político tem tornado essa justiça e essa tão sonhada igualdade um sonho distante de nossa realidade.

Essa mobilização gerou um reordenamento legal, marcando uma nova concepção de atenção à infância, apontando para a criança como um sujeito de direitos. Por outro lado, exigindo uma ação compartilhada de integração nas áreas da Saúde, Educação e Assistência Social em prol do atendimento à criança na faixa etária de 0 a 6 anos (BRASIL, 1998). Para tanto, esses instrumentos legais tiveram início com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E LEGISLAÇÃO

Devido a uma grande pressão social de alguns segmentos da sociedade, foi possível assegurar mediante a Lei os direitos das crianças a partir da Constituição Federal de 1988, quando em seu Artigo 208, no Inciso IV diz: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante à garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988).

Assim, o Estado passou a dividir com a família a responsabilidade pela educação das crianças, oferecendo vagas nas creches e escolas de educação infantil, para toda criança em idade anterior à escolarização, ou seja, antes de ingressarem no ensino fundamental, independente das condições sociais da família, não sendo obrigatória a matrícula dessas crianças nas escolas pública, mas, apenas, a partir do ensino fundamental.

Tal medida tinha a intenção, não apenas assistencialista, mas, também educativa, para amparar as crianças carentes e ajudar as mães que trabalhavam e precisam deixar seus filhos aos cuidados de alguém de confiança. De modo que a criança recebia cuidados básicos como: alimentação, higiene, amparo e tinha o direito de brincar, se socializar com as demais crianças, e era instruída quanto às regras, como forma de dominar o comportamento, como também aprendia, desenvolvia noções básicas do conhecimento, como coordenação motora, oralidade, noções de espaço e temporalidade, ritmo, entre outros.

Dois anos mais tarde, foi lançado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, reconhecendo a criança e o adolescente como pessoa de direito humano a ser respeitada e resguardada de todo tipo de violência. O Artigo 3º descreve que toda criança deve ter a oportunidade de construir seu “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1994).

Essa Lei vem reconhecer que a criança tem o seu desenvolvimento em particular e que este precisa ser vivenciado dentro de um sistema de liberdade, que garanta o direito de ser criança, de brincar, sonhar, sorrir, viver, de receber carinho, de ser protegida. Para tanto, ela precisa de uma família, de um lar e de uma escola que compreenda o seu papel dentro do desenvolvimento dessa criança, como forma de garantir que esta tenha o direito de crescer livre e capaz de ser feliz.

Ressaltamos, também, que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) destaca a responsabilidade dos municípios na criação de diretrizes municipais que atendam aos direitos preservados nesta Lei, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, como forma de garantir o cumprimento da Lei e resguardar a criança e o adolescente de todo o tipo de violência dentro e fora de casa, orientando a família e a sociedade quanto à necessidade do respeito, do cuidar e do educar dessas crianças que são os futuros cidadãos transformadores do amanhã.

O Art. 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que “O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente definidos pela lei” (MIRANDA, 2008, p. 10). Sendo assim, estes membros deste Conselho devem orientar a sociedade e procurar pelas instâncias legais fazer valer os direitos das crianças e adolescentes que apresentarem algum estado de risco social ou familiar, mediante conhecimento pela sociedade através de denúncias formuladas a esta Instituição.

Perante essas conquistas legais, há de se refletir também sobre as constantes transformações sociais que nos fazem contemplar as mudanças nas estruturas familiares e, com elas, a falta de organização, controle e orientação que estas famílias vêm sofrendo com a influência da prostituição, das drogas e vícios que entram na vida das crianças e adolescentes, jogando-as no mundo da marginalidade. Esse é um dos grandes desafios da sociedade moderna, das famílias e da escola que luta por uma educação de qualidade que possa construir dentro da criança e do adolescente conceito baseados na moral, conduta e liberdade para uma vida digna, livre de todo tipo de violência, seja ela moral, física, mental ou social.

Pois essas garantias de direitos soam como uma liberdade exagerada, em que a família acredita que deve tratar a criança como um ser independente, sem limites ou regras para viver, causando muitos conflitos dentro dos lares e a construção inversa de valores, os quais precisam ser tratados claramente desde a infância, para que a criança seja protegida no futuro da violência fora de casa, ou para que esta não seja causadora de conflitos no meio social. Toda pessoa precisa de liberdade, mas, essa liberdade também se baseia nas regras do que posso ou não fazer, para não infringir as leis constitucionais. Esses valores também precisam ser conhecidos pelas crianças.

“Entendemos que, na escola, é preciso discutir sistematicamente questões que envolvem a ética e a moral [...]” (BERLIM; BERLIM, 2008, p. 50). Essa discussão se enriquece graças às diversas educações presentes dentro da sala de aula, que precisam ser refletidas e sobre a orientação dos professores reelaborarem suas visões sobre as questões discutidas.

Em se tratando de educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) em seu Artigo 29º coloca a educação como uma ação conjunta entre a sociedade, a família e a escola, visando o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Ou seja, a formação da criança não pode se basear apenas na vida familiar, mas, no que ela aprende na escola e no que vive, quando está na rua ou no meio social. Sendo assim, todos são participantes dessa educação rotativa, que será construída na coletividade, dentro das relações sociais que estabelecemos no decorrer da vida.

No entanto, a escola como formadora de valores e de conhecimento, precisa estar amparada dentro da Lei para atender a garantia de uma educação de qualidade, tendo, em seu quadro, professores capacitados, com formação em nível médio ou superior (LDB, 1996, Art. 62). Outro ponto a se destacar na LDB é o Art. 29, que divide a educação infantil em duas etapas, a primeira delas fica responsável pelas crianças de 02 e 03 anos de idade que serão atendidas nas creches, já a segunda etapa trata das crianças de 04 a 05 anos de idade que serão atendidas nas instituições da pré-escola, como forma de organizar o ensino antes do ingresso no ensino fundamental. É importante destacar a ampliação do Ensino Fundamental na Lei 11.274/96 para nove anos, com a inclusão das crianças de seis anos, o que implica por parte de todos da instituição o conhecimento e respeito às suas características etárias, sociais, psicológicas e cognitivas, ou seja, sem perder de vista a abrangência da infância de seus anos. Por outro lado, com a aprovação da referida Lei, o atendimento à educação infantil ficou da seguinte forma: Creche: crianças de 0 a 3 anos; Pré-Escola: crianças de 4 a 5 anos de idade, de acordo com o Conselho Nacional de Educação, Resolução nº 3/08/2005 (BRASIL, 1996).

O Art. 31 desta Lei determina que a avaliação deve ser tratada de forma contínua, baseada em registro do desenvolvimento da criança, na observação da participação nas atividades, na socialização, na construção dos conceitos trabalhados, sem atribuição de nota ou qualquer tipo de conceito que impeça o acesso direto ao ensino fundamental.

“No que se refere à avaliação formativa, deve-se ter em conta que não se trata de avaliar a criança, mas sim, as situações de aprendizagem que foram oferecidas” (BRASIL, 1998, p. 66, v. II). Ou seja, todo o relato do desenvolvimento da criança se baseará nas oportunidades e experiências vivenciadas em sala de aula, como forma de reconhecer as capacidades, habilidades e potencialidades particulares de cada um, considerando também sua história de vida. Observa-se, portanto, que a inclusão da Creche no capítulo da educação e na Constituição explica a função educativa, ou seja, agregam-se ações de cuidado, historicamente exercidos em busca da definição da identidade de educação infantil, que são os legados da nova LDB 9.394/96, que caracterizam a infância como principal etapa da educação básica e destinada à criança de 0 a 5 anos (BRASIL, 1998).

2.2 OBJETIVOS E FUNÇÕES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Determinar os objetivos para a educação infantil diante de tantas reflexões sociais e culturais não é uma tarefa tão fácil, já que culturalmente se pensava que qualquer pessoa podia ensinar na pré-escola ou na creche porque a intenção era apenas brincar, quando, na verdade, a criança estava em plena formação educativa. Esse desejo de aprender apenas precisa ser despertado aos sete anos, até lá a criança ia à escola para passar o tempo, receber cuidados e ter uma refeição certa por dia. Mas, conhecer sobre o que se deve ensinar, como ensinar, avaliar, entender ou sobre o que as crianças precisam aprender na fase de 0 a 5 anos de idade é algo determinante, para o sucesso do aluno nas séries iniciais. Trata-se de uma nova forma de pensar e ver a educação infantil, valorizando os saberes, as potencialidades e as habilidades de cada criança, em seu senso comum natural, sendo este estimulado a aprender novos conceitos, novos olhares e novas linguagens.

Toda criança tem o desejo de aprender coisas novas, mas, esses saberes precisam estar ligados ao prazer de aprender, logo este prazer e esta aprendizagem significativa não se resguardavam apenas entre as quatro paredes da sala de aula, estavam lá fora. Nos passeios que se propunham aos alunos, eles podiam entrar em contato com os mais diversos conhecimentos como a ciência, a matemática, a geografia, a história, a escrita, a leitura, a

geometria, a cultura do seu povo, conhecimentos concretos e construídos a partir da vivência, e não limitado à memorização de respostas ou ao controle absoluto do comportamento humano.

Diante de tais reflexões percebemos que os objetivos precisam estar voltados às capacidades que se pretendem propor e oportunizar as crianças da educação infantil, dentro das intenções educativas que se refletem nas mudanças de comportamento, sendo manifestadas de várias formas, considerando, sobretudo as “[...] diferentes habilidades, interesses e maneiras de aprender no desenvolvimento de cada capacidade” (BRASIL, 1998, p. 47, v. II). Mas, esta aprendizagem precisa abraçar a todos os alunos dentro dos aspectos de “[...] ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social” (idem).

Nos anos destinados à educação infantil, as crianças precisam desenvolver algumas capacidades, entre elas:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e, valorizando a diversidade (BRASIL, 1998, p. 63, v. I).

O desenvolvimento desses objetivos depende da forma como as atividades serão oferecidas e direcionadas às crianças, considerando a necessidade do lúdico, da brincadeira, do movimento, da oralidade, da arte, da dança e da expressão corporal, para que se tenha a oportunidade de vivências, diversas formas de se aprender, buscando assim a construção de saberes significativos para a vida e a continuidade do processo ensino aprendizagem, que acontecerá nas séries iniciais.

Ao determinar os objetivos, a escola precisa também pensar na qualidade do ensino que se deve prestar à comunidade, pois, toda criança, independente de raça, cor, religião, classe social, entre outros aspectos, tem todo o direito a uma educação que permita o seu desenvolvimento, o que recai sobre a escola a responsabilidade de oferecer e garantir a aprendizagem a todos os alunos. Uma vez que é nos primeiros anos escolares que se iniciam o processo de alfabetização da criança de forma lúdica, criativa e prazerosa, que ao ingressar nas séries iniciais precisa concluir determinadas competências como ler e escrever. Ou seja, “[...] a criança precisa construir um conhecimento de natureza conceitual, precisa compreender não só o que a escrita representa, mas, também de que forma ela representa graficamente a linguagem” (BRASIL, 1998, p. 122).

Nestes termos, precisamos de educadores comprometidos com o papel de educar, da escola, desenvolvendo uma prática instigada na creche/pré-escola, pelas relações de trabalho, fazendo dos atores/crianças do cotidiano das salas infantis, a ampliação de seus conhecimentos, articulados aos seus saberes e experiências dos espaços e da realidade os quais estão inseridos. Nesse contexto, o professor deve ter uma competência polivalente, trabalhar com conteúdos de naturezas diversas que abrangem desde os cuidados básicos essenciais até os conhecimentos específicos das diversas áreas de conhecimento: Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade, Matemática, Artes Visuais, Movimento e Música (BRASIL, 1998, p. 41). Por outro lado, cabe ao professor atender as especificidades de cada criança, favorecendo espaços e ações compartilhadas, em que as crianças interajam com seus pares e outros profissionais da instituição, articulando, de forma positiva, seu universo cultural e o enriquecimento de novas aprendizagens. Desta forma, somos responsáveis pela educação que oferecemos e pelo desempenho de nossos alunos, não podemos ignorar os desafios, precisamos abraçá-los juntamente com a equipe técnica e a direção da escola, para que algo de significativo seja feito pelas crianças pobres do nosso país, pois a escola pública só atende e é direcionada ao filho do pobre.

Quem será o beneficiado com o fracasso do meu aluno? Como posso cruzar os braços diante de tal realidade? Esses questionamentos rondam a escola e aqueles que não se cansam de se incomodar e precisam de alguma forma contribuir, para as transformações sociais desse país, afinal de contas, somos funcionários do povo e devemos prestar o melhor serviço.

3 MUSICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nos dias de hoje a história da música não é muito retratada nas escolas de Educação Infantil, como também não é entendida como uma atividade pedagógica direcionada, geralmente a música é vista como um momento de descontração e relaxamento para as crianças, para extravasar as energias e brincar. Usada nas diversas confraternizações promovidas pela escola, a música se torna lúdica e prazerosa, quando, na verdade, deveria ser uma arte, uma valorização da cultura e um estímulo à aprendizagem.

Segundo o RCNEI (BRASIL, 1998, p. 24), “as práticas culturais predominantes e as possibilidades de exploração oferecidas pelo meio no qual a criança vive permitem que ela desenvolva capacidades e construa repertórios próprios”.

Nesse sentido, a música é a linguagem expressiva, em que a criança desenvolve seu senso musical, ritmo, sensibilidade, abrindo espaços para inseri-lo no mundo musical, seu equilíbrio e autoestima.

Falar em musicalização na educação infantil requer conceituar como se dá o processo de musicalização nas salas infantis. Oliveira (2001, p. 99) enfatiza que “Musicalizar significa desenvolver o senso musical das crianças, sua sensibilidade, expressão, ritmo, “ouvido musical”, isto é, inseri-la no mundo musical [...]”. Ainda diz que, o processo de musicalização nas salas infantis tem como objetivo fazer com que a criança torne-se um ouvinte sensível para a música, com um amplo universo sonoro.

Percebe-se na fala da autora, que devemos ter em mente que o princípio da musicalização é desenvolver a musicalização que há na criança, pois faz parte da cultura humana e todos têm direito de acesso a ela mediante seu processo de desenvolvimento e compreensão, a criança vai interagindo para se apropriar da liberdade de expressão, de brincar, criar, transformar e construir valores sobre o uso da música em diversas situações da vida, sem atrelar a ela a necessidade de aprendizagem dos conteúdos programados, esses valores só podem ser construídos se a criança tiver a oportunidade de vivenciar o significado da música desde os seus primeiros anos de vida, experimentando ritmos, instrumentos e movimentos diferentes.

Para Queiroz (2005, p. 50) “[...] A música transcende os aspectos estruturais e estéticos, configurando-se como um sistema estabelecido a partir do que a própria sociedade que a realiza elege como essencial e significativo para o seu uso e a sua função no contexto que ocupa”.

Esse significado ganha forma à medida que a criança aprende que através das expressões ela pode se comunicar com o mundo fora de si, que pode ser entendida e que pode expor a sua vontade e personalidade na forma como canta, dança, toca ou acompanha um ritmo. Só que essa aprendizagem acontecerá à medida que a música for colocada como rotina e mediada pelo professor. Em muitas situações, a criança pode até não conseguir falar, mas pode mostrar que gosta de um ritmo, quando acompanha o som com a cabeça, batendo os pés, as mãos ou balbuciando sons, embora que desordenados. É o caso das crianças com paralisia cerebral ou com qualquer outra deficiência. Porque a música tem o seu poder de encanto na vida do homem, sendo ele normal ou não, ela faz brotar sentimentos, acalma, agita, alegra, faz chorar, todas estas experiências precisam e devem ser vividas pelo educando.

O autor também reconhece que o ensino da música tem passado por uma estruturação em sua forma de incorporar as propostas pedagógicas, pois, embora seja reconhecida a sua necessidade na escola fora das festas comemorativas e apresentações, na formação do educando e como recurso pedagógico, a escola, os professores, técnicos, os pais e até mesmo os alunos precisam visualizar a música com um ponto de interesse e que extraia dela uma aprendizagem significativa para a vida.

Esse fenômeno acontece porque em nosso país não existe um incentivo à cultura, à arte e à dramaturgia. Talvez, por questões econômicas, as pessoas frequentem mais o cinema, as festas populares, deixando de lado a música clássica, o teatro, as óperas, o balé e saraus. O sucesso também é uma marca a ser conquistada, muito idealizada, e, a massa popular prefere as baladas com músicas regionais e danças típicas, uma cultura que também atrai muitos turistas, pela beleza e riqueza de detalhes unidos à simplicidade. No entanto, se faz necessário observar o perigo da manipulação e da imposição de valores, pois a cobrança do sucesso e a busca pela fama têm aberto um grande leque para criações musicais infundadas, além de levar ao esquecimento a boa qualidade da música.

Tal detalhe não pode passar despercebido pelo professor, visto que “[...] No trabalho com a música, pretende-se garantir à criança a possibilidade de vivenciar e refletir sobre questões musicais, o que poderá oferecer condições para o desenvolvimento de habilidades de formulação de hipóteses e elaboração de conceitos” (BONFIM; CORREIA, 2009, p. 133).

Neste sentido, quando se falar no acesso à cultura, não basta apenas conhecer as danças típicas da região, do país, da cidade ou as músicas do momento, mas, conhecer o universo da música, visto que esta tem seu valor cultural, promove as relações sociais, projeta saberes, expressa opiniões e estimula uma diversidade de movimentos.

Segundo Queiroz (2005, p. 55) “Toda atividade de ensino da música requer o desenvolvimento de práticas que devem se caracterizar como expressões musicais significativas, e não simplesmente, como um conjunto de exercícios, para a assimilação de aspectos técnicos e estruturais”. Ou seja, há de se considerar a cultura do educando, tratando a música como música, arte e expressão da cultura de um povo, sem destacar habilidades para o canto ou para a dança, mas, reconhecendo que a música é de fato um patrimônio, passado de geração a geração como propagação da cultura. Pois, todo estilo musical tem a sua própria característica quanto à forma de se portar, os passos, os movimentos; em outras, o olhar, a sincronia e o ritmo, levando ao corpo a disciplina e a consciência de obedecer às necessidades da música, em nome da arte.

Ao contrário do que muita gente pensa, a música não deve ser um instrumento usado nos momentos de lazer, nas festas populares ou para construção de conhecimentos pré-estabelecidos pelo professor, ou a ideologia de um grupo. Esse tipo de artifício apenas empobrece a música e a transforma em uma arma da sensualidade, da liberdade desenfreada, ou estimula a violência. Em muitas situações temos observado que a criança tem perdido a sua inocência e pureza devido às músicas que aprende, repete estrofes de frases grotescas sem sequer entender o sentido que expressa. Para ganhar sentido, alma e significado, a música precisa ser entendida, trabalhada, estimulada e idealizada para a idade da criança. Assim, não se pode levar ao pé da letra os interesses da criança, mas, levá-la a experimentar vários estilos, a conhecer a história de cada música, a representar o que se fala, para que seja feito o elo entre linguagem e ação.

4 O FAZER MUSICAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL A LUZ DO RCNEI

- **Apreciação**

Nas Creches e Pré-Escolas, a música tem sido usada em diversos momentos, como estimulação na construção de hábitos, de atitudes, de comportamento, da rotina, nas festividades, nas datas comemorativas e para aprendizagem de alguns conteúdos, tendo seus ritmos acompanhados de gestos, coreografias, “[...] imitada pelas crianças de forma mecânica e estereotipada” (BRASIL, 1998, p. 47). Prova de que não ocorre o ensino da música, mas uma reprodução automática de palavras, melodias e gestos em cada situação vivida na escola, pela boa ordem, controle de comportamento e calma.

Os RCNEI's também destacam a presença de bandinhas, com instrumentos confeccionados de material sucata que pouco reproduz com fidelidade o som original, prejudicando a qualidade da música, da aprendizagem, da apreciação e da construção do ouvido sonoro.

Essas práticas distorcidas distanciam o aluno da real necessidade de se trabalhar a música dentro do seu valor sonoro; limita a criatividade e as possibilidades de reprodução adequado do som. O que reforça a necessidade de uma transformação na forma de se visualizar e de se praticar a música nos espaços escolares.

[...] precisamos evidenciar na educação musical que, de fato, o que importa não é o transplante musical de estruturas desprovidas de significados, mas sim na verdadeira contextualização das propostas de ensino com músicas diversificadas, em que sejam considerados os valores e as relações mais amplas de cada manifestação, inserindo a prática educativo-musical no universo global das diferenciadas realidades (QUEIROZ, 2005, p. 61).

Desta forma, o ensino da música não pode se limitar a um único estilo de música, ou ao de uso controlado, caso contrário não estaremos contribuindo para o conhecimento musical, mas para a reprodução mecânica e controladora, imposta pela sociedade, que não leva à reflexão e à inovação de valores, ideias e movimentos.

O homem jamais pode ser limitado, pois o limite o acomoda e o torna passivo. O homem precisa estar em movimento, sua mente precisa criar, fluir e sonhar para que possa transformar os desafios em possibilidades, o que parte de um conhecimento universal para uma transformação local, íntima e pessoal. É assim que o homem reflete, constrói conhecimentos e se apropria de novas ideias, um hábito que precisa ser estimulado e vivenciado desde a educação infantil.

Neste sentido, a música não pode ser “[...] tratada como um produto pronto, que se aprende e reproduz [...] mas, como [...] uma linguagem cujo conhecimento se constrói” (BRASIL, 1998, p. 47). Visto que, a música está presente na vida do homem, como forma de representação para diversos momentos, tendo o seu contato com a cultura desde muito cedo, mas, a escola não deve apenas reproduzir a cultura popular, deve e pode ampliar o saber, formar para a cidadania e para o desenvolvimento do senso crítico, o que requer movimento e inovação por parte do seu currículo, do plano de aula e do projeto político pedagógico. Mas, principalmente, precisa tirar as ideias do papel e praticar as inovações para romper com as tradições e não se tornar obsoleta no que ensina.

- **Reflexão**

Brito (2003, p. 41) declara que “O modo como as crianças percebem, apreendem e se relacionam com os sons, no tempo-espço, revela o modo como percebem, apreendem e se relacionam com o mundo que vêm explorando e descobrindo a cada dia”. Isso acontece porque a criança, desde os seus primeiros dias de vida, naturalmente ensaia sons diversos, ampliando cada vez mais sua emissão sem se preocupar com valores ou imitações, para que no futuro seja capaz de falar coerentemente.

Compreende-se, assim, que quando estimulada, a criança é capaz de aprender e entender a música na sua amplitude sem se limitar a um estilo ou tom musical. Na escola, o trabalho com a música, a qualidade do uso da música e as inovações dependerão da visão que o educador tem sobre a música. Não se pode impor a música para o aluno, sem lhe dar um sentido ou significado. O prazer musical também precisa ser vivido pelo educador, sem ele a música perde a sua mágica e a sua diversidade.

“[...] A linguagem musical é excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, da autoestima e autoconhecimento, além de poderoso meio de integração social” (BRASIL, 1998, p. 49).

Nos países desenvolvidos, a necessidade de se aprender música é tratada como a necessidade de se aprender uma língua que propicia a comunicação; nos lares se percebe a presença de instrumentos musicais, de modo que as crianças participam de aula de canto e de música desde a educação infantil; as crianças vivem e aprendem a apreciar a música não apenas no seu foco cultural, mas também como possibilidade de autoconhecimento de si mesmo e do mundo.

Estudos comprovam que crianças surdas também se apropriam do saber da música, mesmo que não possam ouvi-la, mas podem sentir a vibração. Os deficientes visuais também desenvolvem mais o potencial da audição como forma compensatória da falta de visualização, conseguindo tocar instrumentos com grande potencial. Ou seja, os potenciais aparecem nos momentos inoportunos, como caminhos novos a ser trilhados pela superação.

A atividade musical escolar deve ser um recurso a ser utilizado para diversificar os momentos das aulas, auxiliando o educador em ensaios, aulas de relaxamento, gravação de frases, etapas e/ou experiências adquiridas durante o ano, para registrar a evolução da turma ou de um projeto musical e resgate das cantigas infantis, entre outras possibilidades (BONFIM; CORREIA, 2009, p. 137).

Também é comum observar nos relatos de grandes músicos, que sempre em seus lares sofreram influência por parte dos pais que gostam de música ou possuem habilidades musicais, embora que sigam o estilo de suas raízes culturais. Diante de tal fato, os estilos musicais antigos e de grande estilo cultural acabam sendo pouco reproduzidos em nossa sociedade, enquanto isso, o campo da música tem crescido, abrindo espaço para instrumentistas que se dedicam a arte do tocar com estilo, dentro da necessidade de inovações musicais, mas que acabam caindo na mesma tendência musical. Voltamos então ao processo da educação que lhes fora oferecida, baseada na limitação, acomodação e imitação.

Pensar a música como expressão humana contextualizada social e culturalmente é fator fundamental para estabelecermos ações educativas que possam ter consequências relevantes na sociedade e na vida que constituem o universo educacional. Sabendo-se que o trabalho educativo dentro da música tratado nos espaços escolar remete a criança o que é ou não significativo, o que é ou não competência musical, dando a música o destaque real e detalhado de suas partes que formam uma sinfonia de som diferenciado, em que vários instrumentos se unem para dar sentido aos sons que produzem juntos.

4.1 O PROFESSOR, A CRIANÇA E A MÚSICA

De acordo com o RCNEI (BRASIL, 1998), convivendo em um ambiente estimulador e rico em música, leva a criança a iniciar a sua relação com os sons intuitivamente, desenvolvem o gosto pela música, separam as preferidas e estabelecem uma comunicação sonora desde os seus primeiros anos de vida. Com essa naturalidade, a criança vai construindo o seu conceito sobre a música, suas possibilidades, inovações e criatividade, considerando a “[...] altura, duração, intensidade e timbre – e não a criação de temas e melodias definidos precisamente” (ibid, p.51-52). Ou seja, nos primeiros anos de vida, a criança aprecia a música, mas não tem consciência da qualidade e intencionalidade com que determinada música está sendo trabalhada em sala de aula.

O prazer que a música desperta é tão natural que é comum encontrarmos crianças que num momento espontâneo, durante as brincadeiras, quando tomam banho, desenham ou arrumam o quarto começam a cantar suas melodias preferidas, brincam com as melodias, inventam letras e tom para encontrarem a sintonia e o conhecimento sobre a música e suas diversidades, “[...] conferindo “personalidade” e significados simbólicos aos objetos sonoros ou instrumentos musicais e à sua produção musical” (ibidem, p. 52).

Se estiver em um ambiente estimulador e com valorização aos diversos estilos de música, a criança será capaz de aumentar o seu repertório musical, mediante os contatos que tem com a música, tenha ela uma letra ou não. A pura emissão dos sons como fundo musical que ecoa dentro da sala possibilita a visualização e o trabalhar com a música de uma forma diferente, na exploração de vários movimentos espontâneos, já que a música carregada de informações requer da criança uma maior atenção para compreender a mensagem, o ritmo e os diversos sons que aparecem.

Ensinar música “[...] significa ensinar a reproduzir e interpretar músicas, considerando a possibilidade de experimentar, improvisar, inventar como ferramenta pedagógica de fundamental importância no processo de construção do conhecimento musical” (BRITO, 2003, p. 52).

Assim, como em qualquer conteúdo, o ensino da música ou o brincar com os sons exige que o professor considere os interesses das crianças, mas, principalmente as necessidades quanto às inovações, os diversos estilos e melodias musicais, visto que não basta apenas colocar a música para se ouvir, cantar ou reproduzir movimentos. É necessário traçar objetivos, metodologias diferenciadas e atividades diversificadas que possibilitem a ampliação de conhecimento por parte da criança, para que o uso da música não se torne um momento enfadonho e monótono, correndo o risco de perder a qualidade, o valor e o interesse.

“Não existem receitas prontas. Nem em música como em nenhuma outra área do ensino, razão pela qual o professor sempre precisará estar atento para perceber o que seu aluno precisa através de suas reações verbais ou não-verbais [...]” (BONFIM; CORREIA, 2009, p. 139).

A inovação é necessária, pois as mesmas músicas repetidas várias vezes colocam a canção e o trabalho a ser realizado como uma reprodução mecânica e estereotipada. Quando se renova o repertório traz para a criança uma nova história, em que se envolve um ritmo, um estilo específico, um compositor, os diversos instrumentos utilizados e a forma como pode ser cantada. Há de se considerar que os sons não estão presentes apenas na reprodução das músicas, mas também existe música no corpo, em objetos e lugares diversos, o que requer a necessidade da criança manipular diversos objetos (sucatas, brinquedos e recursos) para descobrir os inúmeros presentes no universo.

4.2 OS INSTRUMENTOS MUSICAIS: fontes sonoras

Segundo Brito (2003), todo instrumento que produz algum som é considerado uma fonte sonora, visto que os instrumentos musicais foram criados a partir de recursos naturais na intenção de reproduzir sons observados na natureza, outros produzidos pelo próprio corpo humano ou do contato entre os objetos. Contudo, a sofisticação e a diversidade de instrumentos obedecem a uma construção histórica e revelam a criatividade humana.

Para a realização do trabalho pedagógico e confecção de alguns instrumentos musicais, o educador deve considerar os tipos de recursos que utilizará, considerando sua qualidade, eliminando os riscos que eles podem causar à saúde da criança. O autor também ressalta que “[...] a construção de instrumentos estimula a pesquisa, a imaginação, o planejamento, a organização, a criatividade, sendo, por isso, ótimo meio para desenvolver a capacidade de elaborar e executar projetos” (BRITO, 2003, p. 69). Neste momento, o educador participa mediando a construção dando ideias, oferecendo um modelo e favorecendo a criatividade dos alunos na elaboração e confecção de novos instrumentos. Sabendo-se que tais criações não são capazes de produzir fielmente os instrumentos industrializados, mas são fontes de descoberta e de valorização para o trabalho com a música.

Ainda o mesmo autor destaca a necessidade de apresentar a história da criação de cada instrumento, sua relação com a cultura de determinada região, observação através de fotos, livros, visitas a artesões da região, ouvir gravações com emissão do som dos instrumentos confeccionados. Durante a confecção, a criança constrói um processo de apropriação do conhecimento, formulando a sua própria expressão musical, tendo a oportunidade de inovar e de explorar sua criatividade, participa da seleção de materiais que devem ser escolhido com atenção.

Outro ponto a se destacar é que o trabalho com a música faz relação com as demais disciplinas do currículo programado tanto na escrita, na leitura, na matemática, nos tipos de recursos, na história cultural, na criatividade, no uso dos instrumentos, nos movimentos e sons produzidos.

Na visão de Queiroz (2005, p. 59) “Para a educação musical, considerar a performance como processo é fundamental, pois nos caminhos de construção de uma prática se estabelecem momentos e vivências que dão forma a situações específicas de aprendizagem”. Assim, o ensino da música se une à compreensão do aluno, os instrumentos confeccionados, o estilo de música retratada e o valor da participação, da criatividade e da inovação. De modo que o ensino da música não é estático, ou uma produção de estilos prontos, mas, é uma forma

de dinamizar, movimentar e alegrar o ambiente escolar em uma aprendizagem inquieta, que equilibra e desequilibra o homem.

5 METODOLOGIA

O artigo se desenvolveu dentro de uma metodologia que parte de uma pesquisa bibliográfica, fundamentado nas concepções dos estudiosos voltados para o tema trabalhado, baseada na visão de alguns autores, no desejo de embasar as descobertas e reflexões estabelecidas ao longo da produção deste trabalho, visando contribuir para a prática pedagógica e para o fortalecimento da existência e da necessidade do lúdico na Educação Infantil. Considerando que todas as experiências vividas pela criança refletem no seu processo de aprendizagem associados à qualidade do ensino oferecido pela escola.

Qualidade essa almejada por toda escola comprometida com a formação do aluno para o exercício consciente da cidadania, baseados na liberdade, igualdade, equidade, solidariedade, criatividade, inovação, transformação e valorização. Uma qualidade a ser conquistada pela escola principalmente quando esta atende a criança em situações de vulnerabilidade social. Realidades que precisam ser mudadas através da educação, quanto todos estiverem dispostos a valorizar o ensino tratado nas escolas, principalmente na escola pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que a música transcende os aspectos estruturais e estéticos do universo cultural da criança. Para tanto, faz-se necessário, que o professor e suas práticas nas salas infantis facilitem à criança o acesso ao fazer musical de forma lúdica, prazerosa e criativa.

É importante esclarecer, que o ambiente estimulador com vários estilos de música, amplie o repertório musical da criança, proporcionando a apreciação e reflexão do que escuta e canta.

Enfim, no tocante à música, a criança precisa ter a oportunidade de conhecer, experimentar, construir e utilizar os mais diversos instrumentos, percebendo que o mundo ao seu redor está em constante transformação, mobilizando todos a viver nas relações sociais, na

busca pelo bem-estar e na realização de novas conquistas. É assim que a educação precisa ser vista por todos, principalmente pelos educadores.

REFERÊNCIAS

BERLIM, Clara Geni; BERLIM, Flávia Turkienicz. Questão de Opinião. In: **Revista do Professor: Adaptação da criança ao ambiente escolar**. Porto Alegre, Ano 24, nº 93, jan./mar. 2008.

BONFIM, Cláudia Ramos de Souza; CORREIA, Wilson. A importância da música na formação da subjetividade da criança. In: HERMIDA, Jorge Fernandes (Org.). **Educação Infantil: política e fundamentos**. João Pessoa/PB: Universitária da UFPB, 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF: DOU/Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Brasília/DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília/DF: MEC/SEF/COEDI, 1994.

_____. **RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília/DF: MEC/SEF, 1998. v. I.

_____. **RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília/DF: MEC/SEF, 1998. v. II.

BRITO, Teca Alencar de. **A Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança**. São Paulo: Peirópolis, 2003.

MAIA, Edna; ALENCAR, Marise Nancy. Fazendo da escola um novo mundo para a criança a partir de 2 anos. In: **Revista do Professor: Adaptação da criança ao ambiente escolar**. Porto Alegre/RS, Ano 24, nº 93, jan./mar. 2008.

MIRANDA, Priscila Siqueira da Silva Maia de. Atividades lúdicas atendem necessidades psicomotoras das crianças. In: **Revista do Professor**: Adaptação da criança ao ambiente escolar. Porto Alegre/RS, ano 24, nº 93, jan./mar. 2008.

OLIVEIRA, D. A. de. Musicalização na educação infantil: In: **Revista Educação Digital Temática - EDT**, v. 3, nº 1, p. 98 - 108, dez. 2001.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. A música como fenômeno sociocultural: perspectivas para uma educação musical abrangente. In: _____. **Contexturas: o ensino das artes em diferentes espaços**. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2005.

ROBAINA, José Vicente Lima; COIMBRA, Masurquete de Azevedo; WICKERT, Mariana. Aprendizagem significativa: Materiais e métodos variados oportunizam ao aluno melhor rendimento. In: **Revista do Professor**: Adaptação da criança ao ambiente escolar. Porto Alegre/RS, ano 24, nº 93, jan./mar. 2008.